Mostra Científica
FACULDADE CATHEDRAL

O REEXAME DA LEI DA ANISTIA NO BRASIL À LUZ DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS, INTERNACIONAIS E DEMOCRÁTICOS

Mikaelly Ingred Oliveira Santos
Graduanda do curso de Bacharel em Direito da Faculdade Cathedral, Boa Vista-RR.
E-mail:mikaellyingredoliveira@gmail.com

Serguei Aily Franco de Camargo
Prof. Dr. do Curso de Direito da Faculdade Cathedral, Boa Vista-RR.
E-mail: safcam@icloud.com

RESUMO
A Lei de Anistia brasileira, instituída pela Lei nº 6.683/1979, permanece como um dos temas mais sensíveis do constitucionalismo contemporâneo brasileiro, especialmente diante dos debates relacionados à responsabilização estatal por graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar. Nesse contexto, a presente pesquisa analisa a possibilidade do reexame da Lei de Anistia à luz dos limites constitucionais, internacionais e democráticos, considerando as divergências existentes entre o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF nº 153 e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros vs. Brasil ("Guerrilha do Araguaia"). A problemática da pesquisa consiste em compreender se a manutenção da interpretação conferida pelo STF à Lei de Anistia permanece compatível com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro em matéria de direitos humanos, especialmente diante da ampliação do controle de convencionalidade e da evolução do constitucionalismo voltado à proteção da dignidade humana. O estudo também examina aspectos relacionados à justiça de transição, à soberania estatal, à segurança jurídica e à preservação do Estado Democrático de Direito, considerando ainda que as manifestações ocorridas em 8 de janeiro de 2023 contribuíram para reacender o debate público acerca dos limites democráticos da anistia e da proteção das instituições constitucionais em um cenário de crescente polarização política. Quanto ao método, trata-se de pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa e objetivo descritivo, desenvolvida por meio de revisão da literatura e análise documental, utilizando como fontes o Google Acadêmico, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca da Faculdade Cathedral, além de doutrinas, legislações, artigos científicos e decisões judiciais nacionais e internacionais. Conclui-se que persistem posicionamentos jurídicos divergentes acerca do reexame da Lei de Anistia: de um lado, sustenta-se a preservação da decisão proferida pelo STF em observância à segurança jurídica e à estabilidade institucional; de outro, defende-se a necessidade de reinterpretação da norma diante da jurisprudência internacional e da consolidação de mecanismos de proteção constitucional e internacional dos direitos humanos.

Palavras-chave: Lei de Anistia. Controle de convencionalidade. ADPF nº 153. Justiça de transição. Direitos humanos.